



Relatório da Administração (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Contexto Operacional:** Desde 1º de agosto de 2016, o Santander Consumer, detém 50% de participação societária do Banco PSA Finance Brasil e compartilhamento da Gestão via Conselho de Administração e Diretoria Executiva. Em 31 de agosto de 2023, o Banco PSA Finance Brasil, deixará de ser integrante do Conglomerado Financeiro Santander e o Banco PSA Finance fará a recompra de 50% das ações e terá 100% das ações do Banco PSA Finance Brasil. **Patrimônio Líquido e Resultado:** O Lucro Líquido apresentado no 1º semestre de 2023 foi de R\$ 14.992 (30/06/2022 - R\$ 5.817). Em 30 de junho de 2023, o Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 267.284 (31/12/2022 - R\$ 260.792). **Ativos e Passivos:** Em 30 de junho de 2023, os ativos totais atingiram R\$ 2.450.823 (31/12/2022 - R\$ 2.445.425), e estão representados principalmente pelas operações de crédito no montante de R\$ 2.301.737 (31/12/2022 - R\$ 2.335.522). Em 30 de junho de 2023, os passivos totais atingiram R\$ 2.183.539 (31/12/2022 - R\$ 2.184.633), e estão representados, principalmente, por: depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 1.850.452 (31/12/2022 - R\$ 1.872.397). **Gerenciamento de Riscos Corporativos Controles Internos:** A Diretoria de Riscos abrange as áreas de Compliance e PLD/FT (Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo) garantindo a conformidade em suas operações e produtos e promovendo as devidas verificações de forma preventiva e corretiva nas tratativas sobre lavagem de dinheiro, conforme determina a Circular nº 3.461 do Banco Central do Brasil, bem como políticas internas e dos acionistas. **Ouidoria:** Por determinação da Resolução CMN nº 3.849/2010 e a Resolução atual nº 4.433/2015, o Banco PSA, instituiu componente organizacional de Ouidoria compatível com a natureza de suas operações. Com objetivo de aprimorar o relacionamento do mesmo com seus públicos, a Ouidoria atua

como canal de comunicação entre os cidadãos e a instituição, principalmente no tratamento de reclamações, denúncias, sugestões e elogios que não sejam solucionados pelos canais habituais de atendimento do Banco. **Política de Distribuição de Dividendos:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido de cada exercício ajustado de acordo com a legislação. **Agradecimentos:** O Banco PSA agradece aos acionistas, clientes, parceiros e a rede de concessionárias pela confiança e credibilidade e em especial aos nossos empregados e colaboradores pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços no transcorrer do exercício. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 29 de agosto de 2023.

O Conselho de Administração
A Diretoria

Balanco Patrimonial (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)						
	Nota	30/06/2023	31/12/2022	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		1.388.550	1.584.879		1.165.708	1.354.164
Disponibilidades	4	667	4.286			
Instrumentos Financeiros		1.367.484	1.581.188		1.069.184	1.261.729
Títulos e Valores Mobiliários	4 & 5	27.479	22.815			
Operações de Crédito	7.a	1.300.544	1.522.057		1.015.993	1.222.742
Relações Interfinanceiras	6	39.460	36.316		53.191	38.986
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		7.e	(37.497)		96.524	92.435
Outros Ativos		57.896	34.507		7.225	15.152
Diversos	9	53.619	28.463	17.e	7.225	15.152
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	10	4.252	6.034	13	21.228	20.610
Despesas Antecipadas	10	25	10	14	68.070	56.674
Ativo não Circulante		1.062.273	860.546		1.017.831	830.469
Instrumentos Financeiros		1.001.192	813.465		1.010.590	823.941
Operações de Crédito	7.a	1.001.192	813.465			
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		7.e	(16.938)		834.459	649.655
Outros Ativos		10.124	9.452		176.131	174.286
Diversos	9	10.124	9.452			
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	8.a	47.025	40.416		7.241	6.528
Imobilizado de Uso	11.a	706	793		7.241	6.528
Outras Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)		1.172	1.166		16	267.284
Intangíveis	11.b	20.164	15.180		229.756	229.756
Intangíveis (Amortizações Outros Intangíveis)		28.609	21.563		37.528	31.036
		(8.445)	(6.383)			
Total do Ativo		2.450.823	2.445.426		2.450.823	2.445.426

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)					
	Nota	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022		
Receitas da Intermediação Financeira		195.654	128.185		
Operações de Crédito		191.796	125.639		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		3.857	2.546		
Despesas da Intermediação Financeira		(138.219)	(85.973)		
Operações de Captação no Mercado		(113.820)	(63.914)		
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	(24.399)	(22.059)		
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		57.435	42.212		
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(36.146)	(30.142)		
Receitas de Prestação de Serviços		47	47		
Rendas de Tarifas Bancárias		10.219	5.191		
Despesas de Pessoal		(14.421)	(12.833)		
Outras Despesas Administrativas	18	(15.650)	(15.694)		
Despesas Tributárias		(4.633)	(3.324)		
Outras Receitas Operacionais	19	1.416	3.915		
Outras Despesas Operacionais	20	(13.078)	(7.445)		
Resultado Operacional		21.289	12.070		
Resultado não Operacional		60	46		
Outras Rendas Não Operacionais		269	271		
Outras Despesas Não Operacionais		(209)	(226)		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		21.348	12.116		
Imposto de Renda e Contribuição Social		(5.240)	(5.099)		
Provisão para Imposto de Renda	21	(6.590)	(4.625)		
Provisão para Contribuição Social		(5.258)	(3.585)		
Ativo (Passivo) Fiscal Diferido	8.a	6.609	3.110		
Participação dos Empregados no Lucro		(1.116)	(1.200)		
Lucro Líquido		14.992	5.817		
Nº de Ações (Mil)	16.a	209.354	209.354		
Lucro por Lote de Mil Ações (em R\$)		71,61	27,79		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Reservas de Lucros				
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		229.756	29.755	439	-	259.951
Lucro Líquido		-	-	-	5.817	5.817
Destinações:						
Reserva Legal	16.c	-	291	-	(291)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.d	-	-	5.526	(5.526)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	16.b	-	-	-	-	-
Dividendos destinados	16.b	-	-	(439)	-	(439)
Saldos em 30 de junho de 2022		229.756	30.046	5.526	0	265.328
Mutações do Período			291	5.087	0	5.377
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		229.756	31.036	-	-	260.792
Lucro Líquido		-	-	-	14.992	14.992
Destinações:						
Reserva Legal	16.c	-	750	-	(750)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	16.b	-	-	-	(8.500)	(8.500)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.d	-	-	5.742	(5.742)	-
Saldos em 30 de Junho de 2023		229.756	31.786	5.742	(0)	267.284
Mutações do Período			750	5.742	(0)	6.492

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Lucro Líquido do Semestre		14.992	5.817
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Outros Ajustes		-	-
Resultado Abrangente Total do Semestre		14.992	5.817

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Atividades Operacionais		14.992	5.817
Lucro Líquido		14.992	5.817
Ajustes ao Lucro Líquido		20.065	20.838
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	24.399	22.059
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.a	(6.609)	(3.110)
Provisão para Passivos Contingentes	15.c	(307)	1.186
Atualizações Monetárias de Passivos Contingentes	15.c	426	(812)
Depreciações e Amortizações	11	2.155	1.515
Variações em Ativos e Passivos		(11.809)	(278)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		9.959	(172.766)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros		(3.145)	(4.606)
(Aumento) Redução em Outros Ativos		(24.061)	1.493
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(6.609)	(3.110)
Aumento (Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		(5.895)	143.089
Aumento (Redução) em Outros Passivos		26.324	42.370
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		-	(2.224)
Impostos Pagos		(8.383)	(4.524)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		23.248	26.378
Atividades de Investimento		11	(12)
Aquisição de Imobilizado de Uso	11	6	252
Baixas de Imobilizado de Uso	11	6	252
Aquisição de Intangíveis	11	(7.047)	(2.360)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(7.053)	(2.108)
Atividades de Financiamento		16.b	(9.457)
Dividendos Pagos	16.b	(9.457)	(13.151)
Juros Sobre Capital Próprio Pagos	16.b	(5.695)	(10.795)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		(15.152)	(23.946)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.044	325
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	27.101	25.444
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	28.146	25.768

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 30 de junho de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Banco PSA Finance Brasil S.A. ("Banco PSA", "Banco" ou "Instituição") opera como banco múltiplo com as carteiras de investimento, crédito e financiamento. Foram firmados contratos com o Conglomerado Santander, para a prestação de serviços relacionados à gestão/controle operacional das operações de crédito a serem realizadas através do Banco PSA. Em 1º de agosto de 2016, após aprovação pelas autoridades concorrenciais e autoridades regulatórias bancárias, ocorreu a transferência de 50% (cinquenta por cento) por parte do "Banco PSA Finance" (empresa estabelecida na França) para Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré EF), empresa pertencente ao Banco Santander (Brasil) (Banco Santander) e estabelecida no Brasil, cabendo a esta última, a atribuição da Gestão dos negócios compartilhada com o Banco PSA.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e modelo de documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Resolução CMN nº 4.817/2020 e a Resolução ECB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução ECB nº 2/2020 revogou a Circular BACEN nº 3.959/2019 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes. A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidência de contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças estão a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contos do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco PSA. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco PSA está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança; Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas; Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios; Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. O Banco está em processo de avaliação e adaptações para atendimento da Resolução. Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. O Banco está em processo de avaliação e adaptações para atendimento da Resolução. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 30 de junho de 2023 na reunião realizada em 29 de agosto de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: a) **Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco PSA. b) **Apuração do Resultado:** O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculado a índices ou taxas oficiais, por rata dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. c) **Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.069/2001. d) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias. e) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao BACEN:** As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas percentuais ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações no mercado aberto são classificadas no ativo circulante e realizável a longo prazo em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. f) **Títulos e Valores Mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: I- Títulos para negociação; II- Títulos disponíveis para venda; e III- Títulos mantidos até o vencimento. Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria ti-

zembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da origemação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade. As receitas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas. i) **Imobilizado de Uso:** É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10% e sistemas de processamento de dados e veículos - 20%. j) **Intangível:** Os gastos com desenvolvimento do ambiente tecnológico, relacionados com os novos projetos e produtos comerciais do Banco, são diferidos pelo prazo de 5 anos tão logo o desenvolvimento do projeto ou produto esteja concluído. A amortização do intangível é feita pelo método linear, com base na taxa anual de sistemas de processamento de dados - 20%. k) **Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** O Banco PSA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais, parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15.e) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não há cabível mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco PSA, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas. l) **Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo



em cumprindo esta determinação, essa remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido. **r) Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados:** A Resolução nº 4.820, a qual vigora a partir de 29 de maio de 2020 e determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam impedidos de: (I) remunerar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima do: (a) montante equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações; (b) montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas; (II) recomprar ações próprias (será permitida apenas se por meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% (cinco por cento) das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor desta Resolução; (III) reduzir o capital social, com exceção aos casos que for obrigatória, na forma da legislação de regência ou quando aprovada pelo Banco Central; (IV) aumentar quaisquer remunerações, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas; Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações se aplicam de acordo com Resolução nº 4.820 e devem ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital Principal (ACP), de que tratam as Resoluções nº 4.193, de 1º de março de 2013, e 4.783, de 16 de março de 2020. Eventual antecipação mencionada nas alíneas "a" e "b" do item I devem ser realizada de forma conservadora, consistente e compatível com as incertezas da conjuntura econômica atual. **s) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos:** A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares BACEN nº 3.776/2015 e nº 3.174/2003), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas. **t) Eventos Subsequentes:** Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por: • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	667	4.286	325	2.334
Aplicações em Fundos de Investimentos (Nota 5)	27.479	22.815	25.443	23.110
Total	28.146	27.101	25.769	25.444

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS: Resumo da Carteira por Categoria

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	31/12/2021
Títulos Privados para Negociação (I)	Valor Contábil	Valor Contábil		
Santander FIC SBAC Renda Fixa Referenciado DI	22.864	19.547		
Bradesco FIC FI Referenciado DI Federal	4.038	2.491		
Itaú Soberano Referenciado	551	440		
Itaú Dynamic Curto Prazo	21	325		
Santander FIC FI Empresas Curto Prazo	5	12		
Total	27.479	22.815		

(I) As cotas de fundos de investimento estão classificadas como sendo sem vencimento, com liquidez imediata e são mensuradas pelo valor de custo de aquisição ajustado pelas variações das cotas. Em 30 de junho de 2023 a carteira de fundos de investimento está basicamente classificada em operações vinculadas a títulos de renda fixa, títulos públicos, títulos privados e títulos do Tesouro Nacional. Durante o primeiro semestre de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram realizadas operações com derivativos.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS: O saldo de R\$ 39.460 (31/12/2022 - R\$ 36.316) é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. CARTEIRA DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO: a) Carteira de crédito:

	30/06/2023	31/12/2022
Operações de Crédito - Financiamentos - CDC Veículos	2.301.737	2.335.522
Total	2.301.737	2.335.522

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	30/06/2023	31/12/2022
Vencidas	20.632	30.795
A vencer		
Até 1 ano	1.279.913	1.491.263
De 1 a 5 anos	997.770	815.007
Acima de 5 anos	3.422	257
Total	2.301.737	2.335.522

c) Carteira de Créditos por Segmento:

	30/06/2023	31/12/2022
Varejo - Pessoa Física	1.398.482	1.222.460
Varejo - Pessoa Jurídica	314.995	323.142
Atacado	588.260	889.919
Total	2.301.737	2.335.522

d) Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco e Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

	Carteira de crédito		30/06/2023	
	Percentual	Curso Normal	Curso Anormal	Total Provisão Requerida
A	0,50	2.034.945	3.617	10.173
B	1,00	134.629	3.329	135.958
C	3,00	50.979	5.523	54.502
D	10,00	24.043	1.342	25.385
E	30,00	9.111	1.255	10.366
F	50,00	6.679	1.240	7.918
G	70,00	3.863	758	4.620
H	100,00	20.856	7.569	28.425
Total		2.281.105	20.632	2.301.737

e) Movimentação das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 31/12/2022
Saldo Inicial	53.861	30.745
Constituição líquida das reversões	24.399	47.033
Reversões	(23.826)	(23.917)
Saldo Final	54.435	53.861

Foram recuperados no semestre, créditos no valor de R\$ 3.982 (31/12/2022 - R\$ 8.376), registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de operações de crédito. **f) Carteira Renegociada:** Em 30 de junho de 2023, o saldo da carteira renegociada foi de R\$ 24.267 (31/12/2022 - R\$ 29.830), e o saldo da PDD foi de R\$ 4.220 (31/12/2022 - R\$ 5.863).

8. ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS:

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários:

	Saldo em 31/12/2022	Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 30/06/2023
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	33.568	12.811 (5.683)	-	40.696
Provisão para Contingências Cíveis	1.307	17	-	1.324
Provisão para Contingências Fiscais	-	-	-	-
Provisão para Contingências Trabalhistas	1.593	293	-	1.886
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	2.224	- (576)	-	1.649
Outras Provisões Temporárias	1.724	- (253)	-	1.470
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	40.416	13.121 (6.512)	-	47.025
Total dos Créditos Tributários (1)	40.416	13.121 (6.512)	-	47.025

(1) Em 30 de junho de 2023 e 2022, o Banco PSA não possuía créditos tributários não ativados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários:

Ano	Diferenças Temporárias		
	IRPJ	CSLL	Total
2023	5.383	4.306	9.689
2024	15.377	12.302	27.679
2025	3.255	3.724	6.979
2026	325	260	585
2027	122	98	220
2028 a 2032	263	210	473
Após 2033	-	-	-
Total	26.125	20.900	47.025

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos

futuros. **c) Valor Presente dos Créditos Tributários:** O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 41.289 (31/12/2022 - R\$ 34.857), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças tributárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

9. OUTROS ATIVOS DIVERSOS:

	30/06/2023	31/12/2022
Créditos a receber (1)	30.995	11.356
Impostos e Contribuições a Compensar	8.877	15.435
Devedores por Depósitos em Garantia para Interposição de Recursos Trabalhistas / Cíveis	8.847	8.184
Direito decorrente de Acordo de Parceria com o Santander de Contingências Cíveis (2)	1.277	1.268
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 17.e)(4)	11.442	1.366
Outros (3)	2.074	75
Pagamentos a Ressair	231	231
Total	63.743	37.915

(1) Refere-se a movimentações a processar do último dia do mês.

(2) O direito refere-se à recuperação de 50% do valor de perda de processos judiciais decorrentes da carteira de crédito legado.

(3) Constituem saldos de antecipações salariais, adiantamentos de seguros e outros valores a receber.

(4) Registro de valores a receber da marca, referente a subsídios e do Santander.

10. OUTROS ATIVOS:

	30/06/2023	31/12/2022
Ativos não financeiros mantidos para venda (1)	4.252	6.034
Despesa antecipada	25	10
Total	4.277	6.044

(1) Referem-se aos veículos retomados, recebidos em dação de pagamento de empréstimos e que não são usados nas operações do Banco PSA.

11. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEIS:

a) Outras Imobilizações de uso:

	30/06/2023	31/12/2022
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	58	58
Sistemas de Processamento de Dados	35	27
Veículos	700	626
Total	793	793

	30/06/2023	31/12/2022
Desenvolvimento de Softwares	15.180	15.180
Total	15.180	15.180

12. DEPOSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

	30/06/2023	31/12/2022
Total Ativo Permanente	15.973	20.870

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES:

	30/06/2023	31/12/2022
Impostos e Contribuições a Pagar	9.379	8.348
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	21.228	20.610
Total	30.607	28.958

14. OUTROS PASSIVOS DIVERSOS:

	30/06/2023	31/12/2022
Floor-Plan - PCBA (Nota 17.e)	35.710	38.111
Provisão para despesas administrativas	11.875	11.978
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15.b)	7.241	6.528
Outras(1)	1.393	4.124
Comissões a Pagar	3.188	1.761
Credores Diversos Rendas Ligadas (Nota 17.e) (2)	15.904	-
Total	75.311	63.202

(1) Registro de obrigações a pagar a usuários finais (devolução de saldos credores) e credores diversos.

(2) Conta de natureza credora, utilizada para registrar apropriação de receitas que será recebida da PCBA.

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES: a) Ativos Contingentes:

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.3). **b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza:**

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis- (Nota 15.c)	4.192	3.542
Ações Trabalhistas	2.797	2.843
Ações Cíveis	252	143
Ações Tributárias	7.241	6.528
Total	14.482	13.056

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais:

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 31/12/2022
Saldo Inicial	9.541	2.843
(Reversão)/Constituição Líquida	291	(686)
Atualização Monetária	260	145
Pagamentos	100	495
Saldo Final	4.192	2.797

Depósitos em Garantia para processos contingentes trabalhistas e cíveis (Nota 9) (1)

	01/01 a 31/12/2022	Total
Saldo Inicial	5.760	5.128
(Reversão)/Constituição Líquida	(1.002)	159
Atualização Monetária	(686)	(760)
Pagamentos	(530)	(1.684)
Saldo Final	3.542	2.843

(1) Refere-se a depósitos em garantia para processos contingentes somados aos valores de bloqueios judiciais que ainda não foram atrelados a nenhum processo específico. O saldo de bloqueios judiciais é de 909 e o de depósitos em garantia é de 7.938.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cíveis e Tributárias: As ações cíveis possuem caráter predominantemente indenizatórios e revisionais de crédito, e referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando principalmente sobre questões relacionadas a operações de crédito. As ações de natureza tributária constituem discussões relacionadas a cobranças indevidas de IPVA. As ações são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos. **e) Passivos Contingentes Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível:** O Banco PSA possui, em 30/06/2023 passivos contingentes classificados como risco de perda possível que totalizam aproximadamente R\$ 4.073 cuja abertura se dá nos seguintes montantes: Ações Cíveis (carteiras Santander e Ideal), no montante aproximado de R\$ 1.353, Ações Trabalhistas, no montante aproximado de R\$ 1.996 (Valores em 31/12/2022: R\$ 1.286 e R\$ 1.164 respectivamente).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social no valor de R\$ 229.756 é composto por 209.354 mil ações ordinárias, sem valor nominal, assim demonstrado:

	Ordinárias
De Domiciliados no País	104.677
De Domiciliados no Exterior	104.677
Total	209.354

b) Juros Sobre Capital Próprio: Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Para o período houve a deliberação de juros sobre o capital próprio. Em 31 de março de 2023 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em 30 de abril de 2024, a deliberação de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 3.500, R\$ 16,72 por ação ordinária, em reais por ação, correspondendo ao valor líquido do imposto de renda de R\$ 2.975, R\$ 14, por ação ordinária, em reais por ação, atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do período de janeiro a março de 2023, adicionalmente conforme reunião de Diretoria realizada no dia 30 de junho de 2023 foi aprovada a deliberação de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 5.000 (R\$ 23,88 por ação ordinária, em reais por ação), correspondendo ao valor líquido do imposto de renda de R\$4.250, R\$20,30, por ação ordinária em reais, referente a lucros acumulados da Companhia até o 30 de junho de 2023. **c) Reserva Legal:** De acordo com a legislação

societária brasileira, foram destinados 5% do lucro líquido para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **d) Reserva Estatutária:** O saldo remanescente do lucro líquido do semestre é destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação do Banco PSA, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

17. PARTES RELACIONADAS: a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração: A Ata de Assembleia Geral Ordinária, de 28 de abril de 2023, fixou para o primeiro semestre de 2023, a remuneração anual e global dos administradores de até R\$ 6.154 (2022 - R\$ 5.477). A remuneração total do pessoal chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 2.942 (30/06/2022 R\$ 2.769). **b) Benefícios de Curto Prazo:**

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Salários e Honorários da Administração	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Remuneração Fixa	1.451	1.349
Remuneração Variável	1.490	1.419
Total	2.941	2.768

Adicionalmente, no 1º semestre de 2023, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 552 (30/06/2022 - R\$ 514). **c) Operações de Crédito:** O Banco PSA poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18 e o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas, sendo consideradas partes relacionadas: (i) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas; (ii) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais; (iii) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau; (iv) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital; (v) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital; pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com o Banco PSA. **d) Participação acionária:** O Banco PSA é uma joint-venture, cujo capital pertence 50% ao Banco PSA Finance (empresa do Grupo Peugeot Citröen) e 50,00% da Aymoré CFI. **e) Transações com Partes Relacionadas:** As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. As principais transações e saldos são conforme segue: